

EDITAL DE CURSO | 2026

Modalidade aberta

DLS TREINAMENTOS

A DLS Treinamentos tem como objetivo atender com excelência, compromisso e inovação os diversos trabalhadores que compõem a Administração Pública, nos âmbitos federal, estadual e municipal, sempre voltada ao constante desenvolvimento e aperfeiçoamento desses profissionais. Contamos com instrutores e consultores especialistas que possuem ampla experiência e reconhecimento no mercado. O diferencial da DLS Treinamentos é a qualidade e o compromisso de proporcionar o desenvolvimento profissional de forma atualizada e didática.

Nosso foco é a capacitação e excelência profissional, por isso, atuamos também na realização de eventos, congressos, exposições e feiras, além de realizar consultoria e assessoria técnica especializada em Contabilidade Pública e áreas afins.

EXCELÊNCIA – COMPROMISSO – INOVAÇÃO – INTEGRIDADE – ÉTICA

A empresa é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições Devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional).

AS ESTATAIS E O REGIME JURÍDICO ESPECIAL DE SUAS CONTRATAÇÕES (LEI N° 13.303/16): EFICIÊNCIA PARA SOBREVIVÊNCIA

DESTAQUES SOBRE IMPACTOS TRAZIDOS PELA LEI N° 14.133/2021 SOBRE A LEI 13303/2016

Formato: virtual - síncrono Horário: das 08h30 às 12h30

Data: 22 a 26 de junho de 2026 Carga horária total: 20 horas-aulas

APRESENTAÇÃO

No cenário atual, a atualização do Regulamento de cada estatal às novidades e modernidades trazidas pela Lei de Licitações 14133/2021 não é apenas uma escolha, mas uma necessidade de sobrevivência e eficiência para as empresas públicas e de economia mista e subsidiárias.

As empresas estatais operam em um regime híbrido: precisam da agilidade do setor privado, mas respondem ao controle do setor público. Com a consolidação da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/21), as estatais ganharam um "espelho" de modernidade. O desafio não é apenas seguir a lei – que muito enxuta-, mas atualizar os Regulamentos Internos para absorver o que há de melhor nas novas práticas de governança e gestão de riscos.

OBJETIVO

Adaptação Regimental: como transpor as inovações da 14.133/2021 para dentro do regulamento da sua estatal; Gestão de Riscos: sair da cultura do "menor preço a qualquer custo" para a cultura do "resultado real e sustentável", além de buscar novas modelagens.

Ao longo do treinamento, será interpretado, em conjunto, o silêncio da Lei 13.303/2016 e preenchê-lo com segurança jurídica, conforme análises de acórdãos recentes aplicados a empresas públicas, com foco na redução de deadlock (paralisia) em contratações complexas.

PÚBLICO-ALVO

Pregoeiros e Membros de Comissões de Licitação, que precisam dominar a transição entre as normas e os modos de disputa; Gestores e Fiscais de Contratos, em especialmente aqueles que lidam com contratos de trato sucessivo e obras de engenharia; Agentes que buscam entender como as inovações da Lei 14.133/21 podem ser incorporadas aos processos das estatais; Engenheiros e Arquitetos: responsáveis pela elaboração de Termos de Referência, Anteprojetos e editais de obras, onde o risco de irregularidades é maior (áreas técnicas requisitantes); Coordenadores de Projetos que precisam entender a Matriz de Riscos para garantir a saúde financeira das execuções.

Pessoal de Governança e Jurídico: Advogados e Assessores Jurídicos, para garantir segurança na atualização dos Regulamentos Internos e na redação de pareceres; Auditores e Controladores Internos focados na prevenção de falhas apontadas pelos Tribunais de Contas; Compliance e Gestores de Riscos: profissionais que zelam pela integridade e eficiência operacional da companhia.

Alta Gestão: Diretores e Gerentes de Estatais, decisores que precisam entender como a legislação impacta a estratégia de sobrevivência e competitividade da empresa no mercado. Diferente da administração direta, autarquias e fundações, as estatais competem ou prestam serviços públicos sob lógica de mercado. Portanto, este treinamento se destina a quem precisa de segurança jurídica sem abrir mão da inteligência de bem contratar.

METODOLOGIA

A metodologia será participativa e interativa, apoiada na fundamentação conceitual e na abordagem de estudos de caso, aliada à vivência simulada de dificuldades/problemas do cotidiano profissional.

O curso será realizado virtualmente, de forma síncrona, por meio da plataforma de videochamada *Google Meet*. Sugerimos aos participantes que utilizem, preferencialmente, computador de mesa ou *notebook*, com *webcam* e microfone (recomendável utilizar fone de ouvido com microfone), verificarem conexões à internet e respectivos sistemas, além de fazerem os devidos testes (áudio, vídeo, iluminação, rede, posição da câmera, cenário, chat, entre outros) antes do início da aula.

Para acompanhamento das aulas, os alunos receberão, a título de material didático, apostila de *slides* em formato *.pdf* cujo conteúdo será elaborado especificamente para o desenvolvimento do curso.

CRITÉRIOS DE APROVAÇÃO E CERTIFICAÇÃO

Apenas os participantes que preencherem a lista de presença (que deverá ser assinada diariamente),

fixada no chat da plataforma, terão a frequência registrada e o certificado emitido.

Para receber a certificação, o participante deverá obter frequência mínima obrigatória de 80% da carga horária total, desprezada a parte fracionária. O certificado será enviado digitalmente ao respectivo endereço eletrônico dos participantes que obtiverem a frequência mínima, em até 72 horas após o término do evento.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Módulo I – O desafio trazido pela Lei das estatais ainda não foi superado | Regime Próprio de contratação.

Módulo II – A quem alcança | 1. Arts. 22 inc. XXVII e 173 §1º da Constituição Federal – conceitos; 2. Regime jurídico híbrido; 3. Módulos licitações (Pregão e Concorrência E.) e contratações diretas (dispensa e inexigibilidade, na forma eletrônica) do [Compras.gov](#); 4. Lei nº 14.133/2021 disponibilizados para Estatais no âmbito União, Estados, DF e Municípios, abrangidas pela Lei nº 13.303/2016; 5. Síntese da Lei; 6. Quem é a Administração Indireta? 7. Dois regimes jurídicos.

Módulo III – Título II da Lei 13.303/2016 | 1. Regulamento interno de licitações e contratos; 2. Da Exigência de Licitação e dos Casos de Dispensa e de Inexigibilidade; 3. Os casos de dispensa de licitação; 4. Os casos de inexigibilidade de licitação.

Módulo IV – Os objetivos da licitação | 1. Objetivos centrais; 2. Princípios a serem perseguidos; 3. Pressupostos da licitação; 4. Planejamento: ETP, TR, Edital, Minuta de Contrato; 5. Reflexão sobre o orçamento; 6. Procedimento de manifestação de interesse privado.

Módulo IV – Diretrizes a serem observadas nas licitações e contratos | 1. Como estão distribuídas as regras para licitações – GPS; 2. As diretrizes centrais; 3. Reflexão sobre o Pregão nas Estatais.

Módulo V – Impedimentos na participação

Módulo VI – Orçamento Sigiloso | 1. Do que se trata; 2. Cuidados; 3. Lei de acesso à informação.

Módulo VII – Publicidade e prazos | 1. Impugnação

Módulo VIII – Das normas específicas para obras e serviços - Arts. 42 a 46 | 1. Regimes de execução; 2. Anteprojeto e projetos; 3. Contratação integrada; 4. Contratação semi integrada; 5. Matriz de risco; 6. Remuneração variável vinculada a desempenho.

Módulo IX – Das normas específicas para aquisição de bens

Módulo X – Do procedimento de licitação | 1. Fases: impugnação; 2. Modos de disputa; 3. Julgamento das propostas – tipos de licitação; 4. Desempate; 5. Efetividade das propostas; 6. Negociação; 7. Habilitação – a simplicidade mas sem desapego pela Estatal; 8. Recursos administrativos; 9. Homologação; 10. Revogação e anulação.

Módulo XI – Dos procedimentos auxiliares das licitações | 1. Pré-qualificação permanente; 2. Cadastramento; 3. Sistema de registro de preços; 4. Catálogo eletrônico de padronização.

Módulo XII – Da formalização dos contratos | 1. Para obras e serviços – mais de um contrato para serviço de mesma natureza; 2. Cláusulas necessárias; 3. Garantia; 4. Duração do contrato; 5. Mutabilidade do contrato; 6. Instrumento contratual.

Módulo XIII – Da alteração dos contratos

Módulo XIV – Das sanções administrativas | 1. Sanções administrativas; 2. CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas.

Módulo XV – Da fiscalização pelo Estado e pela sociedade | 1. Por órgãos de controle externo e interno.

CORPO DOCENTE**➤ Maryberg Braga Neto**

Gerente de Licitações da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) há 32 anos, com graduação em Engenharia Civil. Especialista em Direito Administrativo (SPDP), possui MBA pela FGV e pós-graduação em Licitações e Contratos pelo IGD. Especialista na elaboração de modelagens avançadas, incluindo regimes de execução integrada e semi-integrada, PPPs e Locação de Ativos. Atuou como pregoeira e implantou certificação ISO 9000 em licitações e contratos. Integrou grupos de trabalho do Governo do Estado de SP focados em serviços terceirizados e licitações sustentáveis. Atualmente, é consultora para os setores público e privado, além de palestrante e professora há mais de 19 anos.

VALOR DO INVESTIMENTO

O valor da inscrição é de **R\$2.260,00 (dois mil duzentos e sessenta reais)** por participante.

***OBSERVAÇÃO: INSCRIÇÕES COLETIVAS COM DESCONTO (A PARTIR DE 4 INSCRIÇÕES).**

Recomendações aos participantes: levar seus respectivos aparelhos eletrônicos, tais como computadores, tablets e outros; além de conexões à internet e outros sistemas e equipe para suporte técnico de informática; bem como quaisquer impressões de documentos relativos ao curso (materiais/frequências/avaliações/etc).

PROPOSTAS

Para solicitar propostas comerciais referentes ao treinamento, basta entrar em contato conosco através do telefone [\(61\) 99408-0088 \(WhatsApp\)](https://wa.me/5561994080088) ou dos correios eletrônicos [contato@dlstreinamentos.com.br](mailto: contato@dlstreinamentos.com.br) | [secretaria.dlstreinamentos@gmail.com](mailto: secretaria.dlstreinamentos@gmail.com). Estamos à disposição!

